**ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO NA EMPRESA
INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

**ASPECTS OF THE ENTREPRENEUR'S LIABILITY IN THE INDIVIDUAL
LIMITED LIABILITY COMPANY**

LUIZE MAZETO¹

RESUMO:

O trabalho em pauta objetiva esclarecer os principais aspectos da lei n. 12.441/2011, que instituiu no ordenamento jurídico brasileiro a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). Nesse sentido, são abordados temas relacionados às pessoas autorizadas a constituir-la, valor de capital social, limitações de seu uso, entre outras características. Além de serem pesquisados os limites definidos pela nova lei, são expostos também estudos concernentes à responsabilidade do empresário, abrangendo conceitos de responsabilidade civil e teoria da desconsideração da personalidade jurídica. O tema se revela expressivo em razão de tratar de uma nova modalidade empresária que promete alterar o cenário empresarial nacional, visto que incentiva pequenos empresários a formalizar as atividades empresariais, ao passo que possibilita a limitação de responsabilidade destes frente às obrigações sociais, sem a necessidade de um sócio para tal benefício.

Palavras-chave: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI); Empresário Individual; Responsabilidade limitada; Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Abstract:

The work at hand aims to clarify the main aspects of the Law n. 12.441/2011, which established the Individual Limited Liability Company (EIRELI) in the Brazilian legal system. In this sense, issues regarding the individuals authorized to constitute the referred Company, the amount of joint stock, limitations in its use, among other characteristics will be addressed in this work. Besides studying the limits imposed by the new Law, other issues will also be tackled such as the entrepreneur's liability, including the concepts of civil liability and the disregard of the legal entity doctrine. The theme is significant due to the fact that the Law is expected to change the national corporate reality, encouraging small entrepreneurs to formalize its activities and, at the meantime, enabling them to limit its liability towards corporate obligations, exempting the existence of another partner for the individual entrepreneur to make use of such benefits.

Keywords: Individual Limited Liability Company; Individual Entrepreneur; Limited liability; Disregard of the Legal Entity Doctrine.

¹ Acadêmica de direito do Centro Universitário Curitiba.

Sumário: 1. Introdução; 2. EIRELI; 2.1. Aspectos Gerais; 2.1.1. Da Constituição; 2.1.2. Do Capital Social; 2.1.3. Do Nome Empresarial; 2.1.4. Do Titular; 2.1.5. Do Objeto; 2.1.6. Dos Dispositivos Aplicáveis da Sociedade Limitada; 3. Responsabilidade do Empresário; 3.1. Responsabilidade Civil; 3.1.1. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva; 3.2. Desconsideração da Personalidade Jurídica; 3.2.1. Aspectos Gerais; 3.2.2. Objeto; 3.2.3. Desconsideração da Personalidade Jurídica na EIRELI; 3.2.4. Consequências; 4. Considerações Finais; Referências.

1. INTRODUÇÃO

O escopo do presente estudo consiste em conceituar e esclarecer os limites e controvérsias concernentes à EIRELI – empresa individual de responsabilidade limitada, recentemente criada no ordenamento jurídico brasileiro pela lei n. 12.441/2011, bem como expor acerca da responsabilidade do empresário individual titular dessa modalidade empresária.

Nota-se a relevância do tema por sua atualidade, visto que, em razão do pequeno tempo em que a lei encontra-se em vigência, foi pouco debatido e aprofundado pelos juristas e tribunais brasileiros.

Outrossim, o assunto também envolve o cenário jurídico empresarial do país, eis que existem diversos empresários individuais atuantes na informalidade, além de sociedades limitadas de “fachada”, compostas por um sócio figurativo sem poder de deliberação, situação que visa ser modificada com a possibilidade de adesão à EIRELI.

Para compor o trabalho, serão inseridas as noções atribuídas ao empresário individual de responsabilidade limitada (EIRELI), levando em pauta seu conceito, requisitos e controvérsias verificadas.

Além disso, a responsabilidade do empresário será estudada. Neste tópico, pretende-se estudar acerca da responsabilidade civil e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica.

2. EIRELI

2.1. ASPECTOS GERAIS

A limitação da responsabilidade de um sócio diante das atividades empresariais e obrigações contraídas com terceiros é um grande chamariz para empresários, uma vez que o seu patrimônio pessoal permanece resguardado. São os recursos de titularidade da sociedade que são atingidos.

Todavia, ao constituir uma sociedade, para que houvesse essa limitação de responsabilidade do sócio, verificava-se na legislação um requisito essencial para sua criação, qual seja a pluralidade de sócios. A unipessoalidade, antes encontrada apenas na empresa individual ou firma individual – e na subsidiária integral, mas esta não será objeto do trabalho em apreço-, não detinha a prerrogativa de limitação de responsabilidade, uma vez que o patrimônio da pessoa física se confundia com o da pessoa jurídica, não havendo proteção aos bens pessoais do titular.

Por conseguinte, para assegurar a responsabilidade limitada, originaram-se sociedades limitadas ditas de fachada, nas quais eram observadas a existência de um sócio majoritário, detentor da maioria absoluta do capital social, e um sócio minoritário, presente apenas formalmente, sem possuir nenhum poder de deliberação dentro da sociedade.

Além dessas, passaram a existir diversos empresários individuais de menor porte atuantes na informalidade, visto o alto risco patrimonial assumido quando adotada uma modalidade de sociedade unipessoal que, até a promulgação da lei 12.441/2011, não permitia a limitação de responsabilidade.

Ante essa situação, constatou-se a necessidade de criação de uma lei que admitisse a responsabilidade limitada para empresários individuais.

Destarte, concebeu-se a lei 12.441/2011, que disciplina acerca da EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, sendo, a partir de então, admitido no sistema jurídico brasileiro a possibilidade de restringir a responsabilidade de um empresário individual frente às obrigações decorrentes da atividade empresarial.

Com a promulgação da lei, o Código Civil foi alterado em alguns artigos, que serão objeto de estudo mais adiante. Entre os dispositivos, oportuno destacar a inclusão do inciso VI no art. 44, que inclui a EIRELI no rol de pessoas jurídicas admitidas no ordenamento jurídico brasileiro.

Neste ponto, discute-se se a lei criou um novo tipo societário ou apenas adicionou uma qualidade ao empresário individual já existente. Para o doutrinador Rubens Requião (2012, p.113), a EIRELI consiste apenas em um novo atributo ao empresário individual:

[A EIRELI] Não se trata [...] de um novo tipo societário [...]. Mas apenas se imputa à pessoa natural empresária um novo atributo, qualificado pela responsabilidade limitada ao capital que destacar para sua atividade, no que se distingue do empresário individual, que sofre responsabilidade ilimitada pelas suas obrigações.

Fábio Ulhoa Coelho (2012, p. 411) também compartilha deste entendimento. Em contrapartida, Alfredo Assis Gonçalves Neto (2012, p. 157) defende que a lei 12.441/2011 regulou uma nova figura jurídica para atuar nos moldes do empresário individual já previsto em lei, mas distinto deste e da sociedade empresária.

Outro dispositivo adicionado ao diploma é o art. 980-A, que disciplina as características do novo tipo societário:

Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência); § 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência); § 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência); § 3º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência); § 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência); § 5º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência); § 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas. (Incluído pela Lei nº 12.441, de 2011) (Vigência).

Dentro destes requisitos e limitações, que serão estudados a seguir, rodeiam várias controvérsias que, em razão de consistir um tema ainda novo, não há posicionamentos jurisprudenciais, além de haver poucos estudos doutrinários aprofundados sobre o tema.

2.1.1 Da Constituição

Inicialmente, sobre a constituição de uma EIRELI, Gonçalves (2012, p. 163) entende tratar-se de uma declaração unilateral de vontade expressada pelo empresário individual que a compõe. Para o autor, a lei autoriza sua constituição de duas maneiras, quais sejam a originária ou direta e a derivada ou indireta.

Enquanto a primeira consiste na criação de uma EIRELI sem a existência de qualquer ente anterior, a segunda decorre da transmutação de uma sociedade unipessoal para uma EIRELI.

Esta conversão é permitida pelo art. 1.033, parágrafo único do Código Civil, adicionado pela lei em questão, que possibilita, em caso de falta de pluralidade de sócios superveniente, não reconstituídos em 180 dias, a transformação² da sociedade em EIRELI, não operando neste caso a extinção da pessoa jurídica.

Posto isto, Gonçalves (2012, p. 159) reflete que:

Constituída por qualquer dessas vias, a empresa individual de responsabilidade limitada desponta como um novo ente personificado (art. 44º IV do CC/2002), um novo agente econômico regulado pela lei para atuar no mercado e exercer uma atividade econômica organizada própria de empresário, distinto deste e da sociedade empresária. Sua criação concretiza-se sempre por ato unilateral de uma pessoa: no primeiro caso, do empresário ou de quem pretenda dar início ao seu comércio individual; no segundo, do único sócio – ambos alcançando-se à condição de titulares exclusivos do seu capital.

Portanto, tanto de forma originária como secundária, a EIRELI foi concebida não somente para possibilitar aos inúmeros empresários individuais a sua organização em pessoa jurídica limitada, mas também para poder regularizar as sociedades de fachada e aquelas ditas irregulares, pendentes de pluralidade de sócios a mais de 180 dias.

2.1.2 Do Capital Social

No que tange ao capital social da EIRELI, o caput do art. 980-A impõe a condição de que o capital social mínimo no ato da constituição da EIRELI não seja inferior a 100 (cem) vezes o salário mínimo vigente no país, que, hodiernamente, perfaz o montante de R\$ 67.800,00, de acordo com o decreto n. 7.872, de 26 de dezembro de 2012.

Sobre o assunto, Requião (2012, p. 115) reflete que a imposição legal de um valor mínimo para a constituição de uma EIRELI é uma medida positiva:

O capital assume nos tipos societários regulados no Brasil importância essencial, justificando as técnicas utilizadas pelo legislador para avaliá-lo e fixá-lo e protegê-lo[...]. Na empresa individual de responsabilidade limitada terá importância ainda maior, pois trará uma *segregação de patrimônio* do empresário, identificando aquele destinado a suportar a operação da empresa e separando-o do patrimônio propriamente “privado” do empresário, bem como os seus bens “particulares” não vinculados à empresa, que não poderão ser afetados pela operação desta.

² Fábio Ulhoa Coelho (2012, p. 515) ensina que “transformação é a mudança do tipo da sociedade empresária. Por essa operação, por exemplo, a limitada se torna anônima ou vice-versa. Na transformação, permanece a mesma pessoa jurídica, submetida, porém, ao novo regime adotado”.

Seguindo o mesmo entendimento, Rizzardo (2012, p. 73) constata que “o capital mínimo visa evitar a criação de empresas fantasmas”.

Em contrapartida, Gonçalves (2012, p. 176) pondera que este requisito pode dificultar ou impossibilitar a adesão de microempresários individuais nesta modalidade societária, visto que a renda bruta anual destes não deve ultrapassar de R\$ 60.000,00, conforme art. 18-A, § 1º da LC 123/2006.

A inconstitucionalidade deste requisito legal foi questionada pelo PPS (Partido Popular Socialista) por meio da ADIn n. 4637, com os fundamentos (ADI ..., 2011) de que tal exigência impede a eventual criação da EIRELI por pequenos empreendedores, ofende a livre iniciativa, além de erroneamente utilizar o salário mínimo como parâmetro de indexação do capital mínimo.

Além desta manifestação contra esta condição, o deputado Carlos Bezerra, do PMDB-MT, propôs através do projeto de lei n. 2468/11 a redução do capital mínimo exigido de 100 para 50 salários mínimos.

2.1.3 Do Nome Empresarial

O segundo requisito elencado no dispositivo consiste na necessidade de que o nome empresarial seja precedido da expressão EIRELI. Sobre o assunto, Rizzardo (2012, p. 73) leciona que:

A colocação da sigla “EIRELI” é necessária não só para diferenciar a empresa individual de responsabilidade limitada das outras, como para se apresentar perante aqueles com quem contrata, dando-lhes ciência do regime jurídico a que está sujeita.

Destaca-se que o nome pode ser tanto uma firma como uma denominação. Na firma, tem-se o nome composto pelo nome civil do titular do capital, enquanto na denominação o nome é formado por expressões de fantasia. Em ambos, a nomenclatura deverá ser precedida da sigla “EIRELI” para identificar o tipo jurídico da empresa.

Gonçalves (2012, p. 171) adverte que, ausente a expressão EIRELI na firma ou denominação, o benefício da limitação de responsabilidade é afastado.

2.1.4 Do Titular

Referente ao titular da empresa, o § 2º do art. 980 A condiciona que uma pessoa natural somente poderá ser detentora de uma EIRELI, ou seja, é vedado que uma pessoa física detenha simultaneamente duas empresas dessa modalidade.

Salienta-se que o dispositivo não dispõe sobre a viabilidade de uma pessoa jurídica constituir uma EIRELI. Diante desta lacuna, repousa a questão: quem pode ser titular de uma EIRELI?

Fábio Ulhoa Coelho (2012, p. 409) aborda em sua obra de maneira sintética que a EIRELI pode ser criada tanto por pessoa física, como jurídica.

Diversamente do entendimento do jurista, a Instrução Normativa no. 117, de 22 de novembro de 2011, baixada pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), regula no item 1.2.10, que quem tem capacidade para ser titular de uma EIRELI é a pessoa natural, maior de 18 anos ou emancipado, brasileiro(a) ou estrangeiro(a).

Gonçalves (2012, p. 165), que bem observa sobre o assunto, demonstra convergir com este entendimento de que somente pessoas físicas devem ser titulares de uma empresa dessa modalidade. O doutrinador defende inicialmente que a instituição da EIRELI teve como escopo regularizar a situação de empreendedores individuais, reduzindo o risco inerente à atividade empresarial exercida. Logo, se este era o fim almejado, a lei deve ser aplicada com esta interpretação.

O jurista (GONÇALVES NETO, 2012, p. 165) ainda reflete que a única justificativa para que uma pessoa jurídica seja detentora de outra sociedade empresária, no caso a EIRELI, seria a possibilidade de descentralização da estrutura ou de constituição de grupos econômicos para haver gerenciamento de forma alternativa, o que pode ser solucionado com a constituição de subsidiária integral.

Ainda, de acordo com o autor (GONÇALVES NETO, 2012, p. 167-168), se vingasse o entendimento contrário de que pessoas jurídicas pudessem ser detentoras de uma EIRELI, poderiam ocorrer as seguintes consequências:

- a) ficaria permitido o surgimento de cadeias de Eireli(s), uma dando nascimento as outras;
- b) as sociedades brasileiras poderiam não mais se responsabilizar pelos atos de suas filiais (substituindo-as por Eireli(s));
- e c) as sociedades estrangeiras adotariam conduta idêntica, deixando de abrir filiais para operar no Brasil (o que tornará letra morta o conjunto de disposições que tratam da autorização para o funcionamento de sociedades estrangeiras e, bem assim, a norma que só permite a constituição da subsidiária integral por sociedade brasileira).

Portanto, verifica-se que não há unanimidade entre os estudiosos quanto a quem pode ser titular de uma EIRELI.

2.1.5 Do Objeto

Questiona-se a partir da leitura do § 5º do art. 980-A quanto ao objeto social de uma EIRELI. Além das atividades próprias de empresário, pode também o objeto ser uma atividade de cunho intelectual?

De acordo com o art. 966 do Código Civil, “considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”. Consoante o parágrafo único do mesmo dispositivo, excetuam-se desse conceito aqueles que exercem atividade profissional com caráter intelectual de natureza científica, literária ou artística, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa. Neste sentido, ressalta-se que “[...] a sociedade cujo objeto social compreenda a realização de um trabalho de caráter intelectual será sempre e necessariamente uma **sociedade simples**, afora tão somente as situações em que o trabalho intelectual represente um elemento de empresa” (BORBA, Edwaldo Tavares, 2008, p. 18, *grifei*). Frisa-se que sociedades simples não são empresárias (art. 982, CC).

Neste diapasão, compreende Gonçalves (2012, p. 172) que a EIRELI somente pode ser encartada como sociedade empresária, vejamos:

Do ponto de vista de sua origem, evidencia-se que a Eireli foi criada indubitavelmente para limitar a responsabilidade do empresário (individual), sendo inscrita, inclusive, no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 1.033, parágrafo único, do CC/2002); e, no que concerne ao seu regime jurídico, é pautado nas normas da sociedade limitada (art. 980-A, § 6º, do CC/2002), que é encartada entre os tipos de sociedade empresária (art. 983 do CC/2002).

O jurista (GONÇALVES NETO, 2012, p. 172-173) ainda defende que a previsão legal do artigo em pauta de que a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz, de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional, não significa que a EIRELI possa ter por objeto o exercício de atividade intelectual:

Remuneração não é atividade e uma regra desse jaez não tem o condão de destruir o sistema, o que conduz à certeza de que as atividades de qualquer natureza a que se

refere seu texto são aquelas próprias de empresário, não abrangendo a exceção do parágrafo único do art. 966 do CC/2002. Portanto, malgrado os equívocos terminológicos, a norma há de ser interpretada dentro do contexto em que está inserida.

Em contrapartida a esse entendimento, Frederico Pinheiro (2011, p. 17-18) defende que há possibilidade de registro de uma EIRELI na Junta Comercial quando se tratar de atividade intelectual, independentemente do elemento de empresa:

[...] quem exerce atividade intelectual, seja de natureza científica, artística ou literária, incluindo atividades relacionadas à exploração econômica de direitos autorais regulados pela Lei 9.601/1998, pode se registrar na Junta Comercial como empresário individual, sociedade empresária ou EIRELI, independentemente da demonstração do que se trata de “elemento de empresa”. A única exceção feita a essa regra é quanto ao exercício da advocacia, em razão da vedação legal extraída de diversos dispositivos da Lei 8.906/1994 (Estatuto de Advocacia da OAB)”.

Nota-se divergência de entendimentos sobre o assunto. Porém, imprescindível avaliação meticulosa da matéria quanto à possibilidade de uma EIRELI ter por objeto uma atividade de cunho intelectual. A partir do momento em que se permite tal medida, vislumbram-se novas questões complexas como, por exemplo, como se enfrentaria a reparação de dano decorrente de erro profissional se o sujeito for amparado pela responsabilidade limitada.

2.1.6 Dos Dispositivos Aplicáveis da Sociedade Limitada

De acordo com o § 6º do art. 980-A, as regras pertinentes às sociedades limitadas serão aplicadas à EIRELI no que for cabível, visto que muitos dispositivos são incompatíveis.

Evidentemente que, como leciona Gonçalves (2012, p. 179), os dispositivos referentes às sociedades limitadas em que a pluralidade de sócios é imprescindível para a aplicação da norma não serão ajustados à EIRELI.

É incompatível também com a EIRELI a norma que trata da possibilidade de aplicação das normas da sociedade anônima supletivamente, isso porque, nas palavras de Gonçalves (2012, p. 179):

[...] a disposição contida no parágrafo único do art. 1.053 do CC/2002 tem natureza de exceção, que não pode ser aplicada extensivamente a outras figuras jurídicas, senão àquela para a qual se dirige. Além disso, a anônima é uma sociedade de

capitais, ao passo que a Eireli deve ser classificada como sociedade de pessoas, porque indissociável do titular de seu capital.

No tocante às normas dedicadas às quotas sociais das sociedades limitadas passíveis de aplicação à EIRELI, para Alfredo Augusto Gonçalves (2012, p. 179-180), são apenas duas, quais sejam a do art. 1.055, § 1º e do art. 1.059, ambas do Código Civil.

Além dessas, o doutrinador (GONÇALVES NETO, 2012, p. 180) diz parecer possível a extensão à EIRELI dos artigos referentes à administração, “exceto aqueles que dispõem a respeito de deliberações, desde que o ato constitutivo contemple a hipótese, porquanto se deve entender [...] que, na omissão, o administrador da Eireli é o titular de seu capital”.

É passível também de adaptação à EIRELI a norma que autoriza a modificação do capital, para mais ou para menos, desde que seja respeitado o mínimo legal de 100 salários mínimos.

Ainda, poderá ser aplicado à EIRELI o dispositivo que trata da dissolução da sociedade limitada (art. 1.087, CC), e, supletivamente, em caso de omissões do regime jurídico da sociedade limitada, as normas das sociedades simples.

3. RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO

Inicialmente, destaca-se, conforme preceitua Marcelo Bertoldi (2009, p. 177), que a responsabilidade da sociedade perante terceiros é ilimitada, inexistindo algum benefício que a exclua desta regra. Por conseguinte, a classificação das sociedades em responsabilidade limitada, ilimitada e mista trata-se de um critério relativo à pessoa do sócio.

A responsabilidade do sócio, de acordo com o art. 1.024 do Código Civil, bem como o art. 596 do Código de Processo Civil, é, em regra, subsidiária, isto é, devido à personalização da sociedade, o patrimônio do sócio será atingido somente após exaurido o da pessoa jurídica. Neste sentido, Rubens Requião (2012, p. 520):

Essa responsabilidade [dos sócios], não mais se discute, é subsidiária, no sentido de que somente se efetiva quando faltarem bens suficientes para a sociedade cumprir integralmente suas obrigações.

Além desta característica, a responsabilidade dos sócios também pode ser classificada em limitada ou ilimitada. Esta (ilimitada) consiste na inexistência de limites

frente às obrigações da sociedade, isto é, o sócio poderá suportar todos os encargos sociais. Em contrapartida, aquela (limitada), funda-se na restrição da responsabilidade dos sócios ao montante de suas contribuições. Sobre responsabilidade limitada, Fábio Ulhoa Coelho (2012, p. 435) preceitua que:

A limitação da responsabilidade dos sócios é um mecanismo de socialização, entre os agentes econômicos, do risco de insucesso, presente em qualquer empresa. Trata-se de condição necessária ao desenvolvimento de atividades empresariais, no regime capitalista, pois a responsabilidade ilimitada desencorajaria investimentos em empresas menos conservadoras. Por fim, como direito-custo, a limitação possibilita a redução do preço de bens e serviços oferecidos no mercado.

Oportuno para o trabalho em apreço destacar apenas a responsabilidade limitada, presente nas sociedades limitadas “quando o contrato social restringe a responsabilidade dos sócios ao valor de suas contribuições ou à soma do capital social” (REQUIÃO, 2012, p. 441).

A EIRELI – frise-se seu significado - empresa individual de responsabilidade **limitada**, tem o espírito justamente de limitar a responsabilidade do empresário que a constitui ante as atividades empresariais e seus consequentes efeitos sobre terceiros.

3.1 RESPONSABILIDADE CIVIL

O objetivo basilar do Direito consiste em salvaguardar as ações lícitas e coibir as que violam a lei. Portanto, quando praticadas ações que ocasionam danos a terceiros, existe o dever legal de reparar o prejuízo causado.

Neste ponto, insere-se a concepção de responsabilidade civil, a qual é conceituada por Sergio Cavalieri Filho (2007, p. 2):

Em seu sentido etimológico, responsabilidade exprime a ideia de obrigação, encargo, contraprestação. Em sentido jurídico, o vocábulo não foge dessa ideia. Designa o dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de um outro dever jurídico.

O doutrinador (CAVALIERI FILHO, 2007, p. 2) leciona que há um dever jurídico originário, também denominado de primário, que consiste no dever de observar a lei. Do descumprimento da lei, prática que usualmente gera danos a terceiros, surge o dever sucessivo ou secundário, consistente no dever de reparação do dano causado.

A partir desta noção, observa-se a distinção entre os termos obrigação e responsabilidade. A primeira (obrigação) consiste em um dever jurídico originário, enquanto a segunda (responsabilidade) é um dever jurídico sucessivo. Portanto, apenas quando uma obrigação é descumprida, é que surge a responsabilidade de compensar o prejuízo ocasionado.

O próprio Código Civil, em seu art. 927, demonstra esta estrutura:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Importa dizer que ao violar a lei e causar um dano a outrem, a relação de equilíbrio antes existente entre o agente da conduta danosa e a vítima é rompida. Por este motivo, aplica-se o princípio da *restitutio in integrum*, objetivando assim que o *statu quo ante* do prejudicado seja alcançado na medida do possível, reestabelecendo assim o equilíbrio da relação.

Acerca da classificação da responsabilidade, esta pode ser subjetiva ou objetiva, como será estudado a seguir, sendo que a distinção entre elas se encontra na concepção de culpa³. A culpa, conforme aponta Cavalieri (2007, p. 16), deve ser compreendida em seu sentido *lato sensu*, abarcando também a ideia de dolo.

3.1.1. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva

A responsabilidade subjetiva, que foi desenvolvida no Direito Romano e consagrada no Código Civil Francês de 1804, é a concepção clássica de responsabilidade e caracteriza-se pela necessidade de existência de culpa na conduta do ofensor.

Sobre seus pressupostos, Cavalieri (2007, p. 17) leciona:

³ Sobre a distinção entre dolo e culpa, Cavalieri (2007, p. 30-31) leciona: “tanto no dolo quanto na culpa há conduta voluntária do agente, só que no primeiro caso a conduta já nasce ilícita, porquanto a vontade se dirige à concretização de um resultado antijurídico – o dolo abrange a conduta e o efeito lesivo dele resultante -, enquanto que no segundo a conduta nasce lícita, tornando-se ilícita na medida em que se desvia dos padrões socialmente adequados. O juízo de desvalor no dolo incide sobre a conduta, ilícita desde a sua origem; na culpa, incide apenas sobre o resultado. Em suma, no dolo o agente quer a ação e o resultado, ao passo que na culpa ele só quer a ação, vindo a atingir o resultado por desvio accidental de conduta decorrente de falta de cuidado”.

Há primeiramente um elemento formal, que é a violação de um dever jurídico mediante conduta voluntária; um elemento subjetivo, que pode ser o dolo ou a culpa; e, ainda, um elemento causal-material, que é o dano e a respectiva relação de causalidade.

Esses elementos são claramente identificados no art. 186 do Código Civil Brasileiro:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Estando-se diante de um ato ilícito, nasce o dever de reparar o dano causado, conforme art. 927 do diploma supracitado.

Esta responsabilidade funda-se no dever de cuidado que as pessoas devem almejar, isto é, como vivemos em sociedade, todos os atos praticados, mesmo que lícitos, precisam observar um dever de cautela para que os bens jurídicos alheios não sejam atingidos. Assim, Cavalieri (2007, p. 32) reflete:

A inobservância desse dever de cuidado torna a conduta culposa – o que evidencia que a culpa é, na verdade, uma conduta deficiente, quer decorrente de uma deficiência da vontade, quer de inaptidões ou deficiências próprias ou naturais. Exprime um juízo de reprovabilidade sobre a conduta do agente, por ter violado o dever de cuidado quando, em face de circunstâncias específicas do caso, devia e podia ter agido de outro modo.

Portanto, haverá responsabilidade subjetiva quando o ofensor, mesmo que não possuindo intenção de causar um dano, o ocasiona por não ter praticado a conduta adequadamente e, conseqüentemente, pratica um ato ilícito, caracterizando a culpa do agente.

A não realização da conduta de forma apropriada pode ser exteriorizada de três modos: na imprudência, na negligência e na imperícia. A primeira consiste na falta de precaução por conduta comissiva, por ação, enquanto a segunda decorre falta de cautela por omissão. Já a terceira é verificada quando houver falta de habilidade no exercício de atividade técnica.

Frise-se que o evento danoso que ocorre involuntariamente deve ser previsto ou previsível, ou seja, é necessário que haja a possibilidade de previsão para que o resultado pudesse ser evitado. Se não for possível antever o evento, a culpa resta descaracterizada, já estando, nesta hipótese, no campo do caso fortuito ou da força maior, uma vez que o resultado carece de nexo causal.

Por sua vez, a responsabilidade objetiva, desenvolvida contemporaneamente, dispensa a existência de culpa. De acordo com Oliveira (1987, p. 90), funda-se em um princípio de equidade: “quem aufere vantagem com determinada situação, deve responder pelo risco, ou desvantagens dela advindas”.

Por este motivo, também é denominada de “teoria do risco”, visto que quando o risco é inerente à atividade, o agente fica obrigado a reparar o dano causado, independentemente da existência de culpa.

Nas palavras de Cavalieri (2007, p. 128), a responsabilidade objetiva é baseada no fato de que:

Todo prejuízo deve ser atribuído ao seu autor e reparado por quem o causou, independentemente de ter ou não agido com culpa. Resolve-se o problema na relação de causalidade, dispensável qualquer juízo de valor sobre a culpa do responsável, que é aquele que materialmente causou o dano.

Quanto às teorias do risco, cita-se aqui o risco-proveito, o risco-profissional, o risco-criado e o risco-integral, no entanto não serão abordadas no presente trabalho, visto que o foco é outro.

3.2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

3.2.1. Aspectos Gerais

A teoria da desconsideração da pessoa jurídica, de acordo com Susy Elizabeth Cavalcante Koury (1997, p. 63-4), se desenvolveu no campo da common law, especialmente nos Estados Unidos. Conforme a jurista, a primeira jurisprudência firmada sobre o tema foi no caso *Bank of United States v. Deveaux*, julgado no ano de 1809.

Outro caso famoso, que é considerado por muitos juristas como o primeiro caso sobre o tema, é o caso inglês *Salomon v. Salmon & Co*, julgado em 1897.

Na Alemanha, a tese surgiu com o jurista Rolf Serick, que defendeu o tema em sua tese de doutorado perante a Universidade de Tubigen, em 1953. Para Coelho (2012, p. 59), apesar de o tema já ter sido objeto de estudo de outros doutrinadores, como, por exemplo, Maurice Wormser, nos anos 1910 e 1920, o professor alemão é o precursor deste instituto.

No direito brasileiro, o precursor da teoria foi Rubens Requião ao proferir, em 1969, a palestra com o tema “Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica

(Disregard Doctrine)”, em conferência realizada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Sobre a teoria, inicialmente importa dizer que o instituto da pessoa jurídica objetiva a constituição de um ente de direitos e deveres com autonomia patrimonial, isto é, com a separação da responsabilidade entre a sociedade e os sócios.

No entanto, como leciona Rubens Requião (1969, p. 15), a autonomia patrimonial conferida a este ente é relativa, permitindo, quando houver o uso inadequado do instituto, a retirada do véu que o encobre para alcançar os membros que o compõe. É neste cenário em que se insere a teoria da desconsideração (disregard doctrine).

Dos ensinamentos do jurista, entende-se que a personalidade jurídica pode vir a ser utilizada com abuso de direito ou fraude. Referente ao primeiro conceito (abuso de direito), o doutrinador (REQUIÃO, 1969, p. 16) reflete que o exercício do direito deve cumprir com uma finalidade social, mesmo que o interesse seja privado. Logo, quando esta finalidade é desviada, ainda que conforme a lei, está diante de um abuso de direito. Frise-se que “nem tudo que é conforme a lei é legítimo” (REQUIÃO, 1969, p. 16). A segunda máxima (fraude) denota a prática de um negócio jurídico com a finalidade de prejudicar os credores.

Defronte estas hipóteses, haverá a desconsideração da personalidade jurídica. Nas palavras da jurista Susy Elizabeth Cavalcante Koury (1997, p. 69), “a Disregard Doctrine surgiria, então, como um recurso jurídico contra essa utilização indireta das sociedades comerciais”.

Assim, a doutrinadora (KOURY, 1997, p. 68) reflete:

Um dos meios mais frequentes utilizados pelo ordenamento jurídico para reagir contra o desvio de função deste instituto é exatamente a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, através da qual se supera a forma da pessoa jurídica, desvalorizando-se a distinção entre ela e os seus componentes, no caso particular, ou seja, sem negar sua personalidade de maneira geral.

Evidentemente, porém, que a aplicação da teoria é restringida aos casos em que a responsabilidade não pode ser diretamente atribuída ao sócio da pessoa jurídica, pois, se não existir esta proteção do patrimônio da pessoa física perante o da sociedade, não há razão para cogitar o superamento de sua autonomia.

Salienta-se, conforme leciona Coelho (2012, p. 66-67), que a teoria da desconsideração adotou uma formulação subjetiva, isto é, considera-se o intuito do sócio ou administrador, se este objetiva ou não fraudar o credor. Verifica-se nesta hipótese a

complexidade probatória que envolve a matéria. Quanto à teoria objetiva, o pressuposto avaliado é a existência de confusão patrimonial, o que pode ser facilmente comprovado pelo credor prejudicado⁴.

Realça-se que esse princípio será utilizado tão somente para os atos específicos definidos pelo juiz naquele momento, permanecendo a desvinculação patrimonial do sócio e da sociedade em todas as outras situações, como leciona Requião (1969, p. 17):

Com efeito, o que se pretende com a doutrina do *disregard* não é a anulação da personalidade jurídica em toda a sua extensão, mas apenas a declaração de sua ineficácia para determinado efeito, em caso concreto, em virtude de o uso legítimo da personalidade ter sido desviado de sua legítima finalidade (abuso de direito) ou para prejudicar credores ou violar a lei (fraude).

No mesmo sentido, Coelho (2012, p. 63):

[...] a decisão judicial que desconsidera a personalidade jurídica da sociedade não desfaz o seu ato constitutivo, não o invalida, nem importa a sua dissolução. Trata, apenas e rigorosamente, de suspensão episódica da eficácia desse ato. Quer dizer, a constituição da pessoa jurídica não produz efeito apenas no caso em julgamento, permanecendo válida e inteiramente eficaz para todos os outros fins.

Além disso, tendo em vista a constante evolução da sociedade, a aplicabilidade do instituto não está restrita às hipóteses previstas em lei. É muito importante que o magistrado interprete o texto normativo sempre buscando as necessidades concretas encontradas. Neste aspecto, Koury (1997, p. 76):

[...] a lei escrita é incapaz de resolver todos os problemas suscitados pelas relações sociais, de tal modo que, mesmo nos casos que pareçam enquadrar-se perfeitamente na hipótese prevista na lei, faz-se necessário investigar as realidades sociais concretas, a fim de que a aplicação da lei a elas produza os resultados intentados pelo legislador.

No mesmo viés, Coelho (2012, p. 77):

⁴ As teorias objetiva e subjetiva pertencem à chamada “teoria maior”, na qual, conforme Itamar Gaino, (2012, p. 162) o instituto da desconsideração da personalidade jurídica será aplicado se houver abuso de direito. Já a “teoria menor” consiste nas hipóteses legais que imputam a responsabilidade dos sócios com base em fatos objetivos, abstraindo-se a necessidade de abuso de direito. No entanto, Fábio Ulhoa Coelho (2012, p. 70) diz que esta classificação da desconsideração em teoria maior e menor já está ultrapassada.

A aplicação da teoria jurídica independe de previsão legal. Em qualquer hipótese, mesmo naquelas não abrangidas pelos dispositivos das leis que se reportam ao tema (Código Civil, Lei do Meio Ambiente, Lei Antitruste ou Código de Defesa do Consumidor), está o juiz autorizado a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica sempre que ela for fraudulentamente manipulada para frustrar interesse legítimo do credor.

No entanto, atenta-se que “a desconsideração não pode ser usada como panaceia para a solução de todos os casos de inadimplência da sociedade ou do sócio” (GAINO, 2012, p. 150). Ainda, Coelho (2012, p. 77-78) destaca que “[...] não pode o juiz afastar-se da formulação doutrinária da teoria, isto é, não pode desprezar o instituto da pessoa jurídica apenas em função do desentendimento de um ou mais credores sociais”.

Quanto à possibilidade de esta prática afetar o princípio da segurança jurídica, Koury (1977, p. 141) defende que:

[...] não nos parece comprometer a segurança e a justiça o fato de deixar-se a cargo dos juízes e tribunais o exame das circunstâncias do caso concreto para a aplicação da desconsideração. Ao contrário. A jurisprudência é elemento de formação e aperfeiçoamento do direito, ao demonstrar que a lei não pode mais adaptar-se às exigências sociais do presente e, desse modo, prepara as reformas legislativas, mas sempre inspirada por aquilo que é previsto no ordenamento jurídico.

Mister observar, ainda, que a desconsideração da personalidade jurídica poderá ocorrer tão somente por ato judicial, pois “o juiz é a única autoridade competente para desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade. Nem o particular nem a autoridade administrativa podem imiscuir-se nessa matéria” (GAINO, 2012, p. 217).

Finalmente, importa dizer que, como já visto, a responsabilidade do sócio é sempre subsidiária. Portanto, este pode valer-se do benefício de ordem previsto no art. 1.024 do diploma Civil, sendo os bens da pessoa jurídica executados anteriormente. Portanto, o patrimônio pessoal do titular será atingido somente quando exaurido o da sociedade, conforme aponta Gaino (2012, p. 217).

Por fim, relevante abordar também, que os bens do empresário/sócio poderão ser perquiridos, além das hipóteses previstas no diploma civil, quando da existência de créditos a favor de trabalhadores, consumidores e de natureza fiscal e ambiental.

3.2.2 Objetivo

Inicialmente, mister colocar as palavras de Requião (1969, p. 14):

Em qualquer país em que se apresente a separação incisiva entre pessoa jurídica e os membros que a compõem, se coloca o problema de verificar como se há de enfrentar aqueles casos em que essa radical separação conduz resultados completamente injustos e contrários ao direito.

Entende-se que o escopo direito é proporcionar justiça. Para que esta finalidade seja concretizada, devem ser reprimidos os atos contra a lei e ao bom desenvolvimento social.

Tendo em vista a prerrogativa de autonomia patrimonial conferida à pessoa jurídica, diversificando assim a responsabilidade do sócio e da empresa, sempre há a possibilidade de utilização do ente de maneira inadequada para prejudicar terceiros credores. Logo, dentro da lógica do direito, estes atos devem ser coibidos, justificando, portanto, a aplicação da teoria da desconsideração.

O desembargador Itamar Gaino (2012, p. 148) expõe em sua obra sintética e devidamente o escopo da aplicação deste instituto:

A finalidade da teoria é de permitir ao juiz a coibição de abuso e de fraude praticada pelos sócios por meio da pessoa jurídica. Levanta-se o véu protetor de sua autonomia patrimonial, apreendendo os bens que compõem o seu acervo com a finalidade de satisfazer o crédito ostentado por terceiro perante o sócio; ou, em situação inversa, afasta-se a pessoa jurídica, que figura como responsável pelo cumprimento da obrigação, imputando a responsabilidade ao sócio, em caráter subsidiário.

Sustenta-se ainda que o objetivo não é ferir a autonomia da pessoa jurídica, anulando-a em toda sua extensão, mas sim coibir as fraudes decorrentes desta no caso específico definido pelo julgador.

3.2.3 Desconsideração da Personalidade Jurídica na EIRELI

Conforme já estudado, o art. 980-A § 6º do Código Civil, criado pela lei 12.441/2011, estabelece que aplicam-se à EIRELI, no que cabível, as regras relativas às sociedades limitadas. Logo, conforme constata Pinheiro (2011, p. 11):

[...] verificados os pressupostos do art. 50 do Código Civil ou de outros permissivos legais, a desconsideração da personalidade jurídica pode ser aplicada à EIRELI e, eventualmente, responsabilizar e atingir o patrimônio pessoal de seu administrador ou criador, mormente porque “Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas” (§ 6º do art. 980-A do Código Civil).

Frisando a existência de restrição da limitação da responsabilidade na EIRELI, fora vetado o § 4º do art. 980 – A inserido no Código Civil pela nova lei, que determinava que

“somente o patrimônio social da empresa responderá pelas dívidas da empresa individual de responsabilidade limitada, não se confundindo **em qualquer situação** com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, conforme descrito em sua declaração anual de bens entregue ao órgão competente " (*grifei*).

A justificativa para tal veto (BRASIL, Mensagem 259, de 11 de julho de 2011)⁵ é pautada na possível interpretação equivocada do texto da lei no sentido de conferir absoluta limitação do patrimônio pessoal do empresário, não excedendo nem mesmo nas hipóteses de atuação fora das demarcações legais e contratuais. Neste sentido, Frederico Garcia Pinheiro (2011, p. 10):

O veto se deu em razão da provável confusão interpretativa que daria ensejo à impossibilidade de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica quando verificados seus pressupostos.

Por fim, reflete-se que é essencial a aplicabilidade do instituto da desconsideração da personalidade jurídica à EIRELI com fundamento em seu próprio objetivo, qual seja inibir práticas fraudulentas por parte do titular da empresa. Caso fosse incompatível com a modalidade societária, sua constituição poderia ter a finalidade de tão somente fraudar credores e terceiros prejudicados.

3.2.4 Consequências

A empresa não se resume apenas à relação privada, visto que atinge uma gama maior da sociedade, na medida em que gera empregos, paga tributos, oferece bens e produtos, enfim, movimenta a comunidade atingindo, portanto, o seu fim social. Em razão disto, sua preservação é de fundamental importância para a população. Neste viés, Wilges Bruscato (2011, p. 581):

[...] o exercício da empresa agrega valores sociais imprescindíveis ao homem moderno: o trabalho, a incidência tributária, o avanço tecnológico, o desenvolvimento para o lugar e o entorno onde se instalam iniciativas empresariais e a facilitação do acesso da população bens e serviços. Em nome de tais agregados

⁵ Razões do veto: Não obstante o mérito da proposta, o dispositivo traz a expressão 'em qualquer situação', que pode gerar divergências quanto à aplicação das hipóteses gerais de desconsideração da personalidade jurídica, previstas no art. 50 do Código Civil. Assim, e por força do § 6º do projeto de lei, aplicar-se-á à EIRELI as regras da sociedade limitada, inclusive quanto à separação do patrimônio.

sociais é que a empresa merece ser preservada, pois através deles cumpre sua função social.

Destarte, consoante frisa Coelho (2012, p. 61), a teoria da desconsideração tem por objetivo a proteção deste ente:

A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não é uma teoria contrária à personalização das sociedades empresárias e à sua autonomia em relação aos sócios. Ao contrário, seu objetivo é preservar o instituto, coibindo práticas fraudulentas e abusivas que dele se utilizam.

Com tal característica, o instituto evita o desvio comportamental dos sócios, ao passo que legitima a perquirição de seus bens particulares nas hipóteses em que atuarem com abuso de poder ou fraude.

Em consequência a esta sanção destinada aos sócios, o credor é salvaguardado em suas relações jurídicas pactuadas com a empresa. Esta proteção é efetivada não somente na prevenção de danos, uma vez que o empresário tem consciência dos efeitos de seus atos, mas também nas hipóteses em que o prejuízo é verificado, pois o patrimônio do sujeito poderá também ser atingido para o pagamento das dívidas.

Portanto, o instituto é essencial para o bom funcionamento das relações jurídicas envolvendo empresas, e portanto deve ser aplicado também à EIRELI.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim do presente trabalho, constatou-se que a lei n. 12.441/2011 que implantou a EIRELI no sistema jurídico brasileiro apresentou-se um tanto adequada para ordenar e legalizar a situação existente no cenário empresarial nacional. É bem verdade que o nosso direito carecia de uma modalidade societária que admitisse a limitação de responsabilidade de um empresário individual.

Esta característica imputada pela lei é um grande estimulador para a constituição de novas empresas e regularização de outras já existentes como empreendedores individuais informais e aparentes sociedades empresárias limitadas. Uma vez regularizadas estas situações e criados novos entes, vê-se um motor propulsor do palco econômico, uma vez que gera empregos, arrecada riquezas para o Estado a título de tributos, fomenta o comércio e, enfim, assegura o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Corroborando a eficiência e conveniência da lei, aponta-se que a Junta Comercial do Paraná divulgou, em uma estatística realizada até julho de 2012, que, até este período do ano, somente no Estado do Paraná foram constituídas 1.255 (mil duzentos e cinquenta e cinco) empresas do tipo societário EIRELI (PARANÁ, 2012). Portanto, vê-se a aceitação dos empresários em relação à modalidade empresarial.

Frisa-se, no entanto, que a responsabilidade limitada não é absoluta. Os bens particulares do empresário poderão ser perquiridos com fundamento na teoria da desconsideração da personalidade jurídica, a ser utilizada quando atuar com abuso de poder ou fraude. Ressalta-se que o instituto pode ser aplicado à EIRELI, uma vez que são aplicáveis as regras das sociedades limitadas quando compatíveis.

Esta exceção não visa ofender a autonomia da personalidade jurídica, mas sim punir os empreendedores que utilizam deste ente para atingir uma finalidade alheia ao seu fim social, além de salvaguardar os credores prejudicados.

Verifica-se, deste modo, que haverá uma comunhão de interesses passíveis de serem efetivados com a EIRELI, isto é, não somente a preocupação de limitação da responsabilidade por parte do empresário será garantida quando da atuação correta e da boa-fé, como também a dos credores, que, apesar do fato de que, em regra, somente a empresa arcará com as obrigações sociais, quando houver este comportamento desviado do empreendedor, o seu patrimônio pessoal será atingido para sanar os danos causados.

Enfim, este novo tipo societário poderá trazer enormes benefícios à sociedade brasileira, sendo certo que muito ainda será desenvolvido para que o modelo seja utilizado para regularização de muitos empreendedores anônimos e a regularização das sociedades empresárias limitadas de fachada.

REFERÊNCIAS

ADI questiona lei que permite criação de empresa individual de responsabilidade limitada. **Notícias STF**. Brasília, 12 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=186488>>. Acesso em: 23 set. 2012.

BERTOLDI, Marcelo M. e RIBEIRO, Márcia Carla Pereira. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 5.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BRASIL, Decreto 7.873, de 26 de dezembro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7872.htm>. Acesso em: 17 mar. 2013.

BRASIL, Instrução normativa n. 117, de 22 de novembro de 2011. Aprova o manual de atos de registro de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em:

<<http://www.dnrc.gov.br/Legislacao/IN%20117%202011.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2012.

BRASIL, Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 14 jun. 2012.

BRASIL, Lei 12.441 de 11 de julho de 2011. Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112441.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRASIL, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp123.htm>. Acesso em: 23 ago. 2012.

BRASIL, Mensagem 259, de 11 de julho de 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Msg/VEP-259.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BRASIL, PL 2468/2011. Altera o art. 980-A da Lei nº 10.406, 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), inserido pela Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011, que instituiu a empresa individual de responsabilidade limitada. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=522763>>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADIn nº 4637. Rel. Min. Gilmar Mendes. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=4637&processo=4637>>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRUSCATO, Wilges. Manual de Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2011.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Empresarial, volume 2: direito de empresa**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAINO, Itamar. **Responsabilidade dos Sócios da Sociedade Limitada**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES NETO, Alfredo Augusto de Assis. A empresa individual de responsabilidade limitada. **Revista dos Tribunais**, n. 915, 153-180, jan. 2012.

KOURY, Susy Elizabeth Cavalcante. **A Desconsideração da personalidade jurídica (disregard doctrine) e os grupos de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

PARANÁ. Constituições de empresas e filiais julho/2012. Disponível em: <https://www.juntacomercial.pr.gov.br/arquivos/File/RELATORIOS_2012/constituicoes_SIT E_julho.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2012.

PINHEIRO, Frederico Garcia. **Empresa Individual de Responsabilidade Limitada**. Conteúdo Jurídico, jul.2011. Disponível em: < www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj032963.pdf >. Acesso em: 08 fev. 2012.

REQUIÃO, Rubens. **Abuso de Direito e Fraude Através da Personalidade Jurídica (Disregard Doctrine)**. In: Revista dos Tribunais. São Paulo: RT, 1969, vol. 410, p. 12-24.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial, volume 1**, 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de Empresa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2012.